



## PARECER DE CONTROLE INTERNO

**Processo:** 5.552/2018

Dispensa de Licitação: 012/2018

**Assunto:** Locação de Imóvel – Dispensa Art. 24, X, Lei 8.666/93.

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 243-A de 14 de abril de 2005, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

### OBJETO

1. **Locação de Imóvel Localizado na Rua 114, nº 27, setor residencial norte, Paranaíta/MT, destinado ao funcionamento do escritório representante da Prefeitura Municipal de Jacareacanga/PA.**

### RELATÓRIO

2. Estão presentes: Memorando 159/2018-PMJ-GP, Pedido de Bens e Serviços – PBS, Comprovante de residência, certidão negativa de débitos e outras irregularidades fiscais – CNDI nº 0022447442/ SEFA/MT, Certidão negativa de débitos do imóvel – Municipal, Escritura Pública de compra e venda, documentos pessoais do Sr. João Batista Nobre da Graça, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Antecedentes Criminais, Certidão Negativa de Natureza Tributária e Não Tributária – SEFA/PA, Parecer Técnico de Avaliações de imóveis, Solicitação de Abertura de Processo Administrativo, Autuação, Despacho do Gestor Municipal, Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação, Declaração de Dispensa de Licitação, Declaração de Dispensa de Licitação, Autorização, Declaração de disponibilidade orçamentária, justificativa de contratação direta, parecer jurídico, termo de homologação, extrato de publicação de homologação, Contrato nº439/2018 e extrato de publicação do contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA**  
**Secretaria Municipal de Administração e Finanças**  
*Setor de Controle Interno*  
**CNPJ: 10.221.745/0001-34**

---

### FUNDAMENTAÇÃO

3. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 175, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório, no entanto, a própria Carta Magna ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem necessidade de tal procedimento, conforme de depreende o Inciso XXI do Art. 37.

4. Desta feita a Lei Federal nº 8.666/93 excepciona, em seus artigos 24 e 25, a regra de prévia licitação, ora em razão de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, mas pela particularidade do caso, o interesse público a reputaria inconveniente, como é o caso da dispensa, o Art. 24, da referida Lei, prevê, em arrolamento exaustivo, as hipóteses em que a licitação fica dispensada.

5. Com relação a locação de imóveis, o art. 24 assim dispõe:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

(...)”

### CONCLUSÃO

6. Este Setor de Controle Interno declara que o referido processo encontra-se revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

É o Parecer

Jacareacanga/PA, 05 de julho de 2018.

*Adm. Elton Santus de Vasconcelos*  
Chefe de Controle Interno  
Portaria 062/2014 PMJ-GP